

EDUCAÇÃO INTEGRAL E TRABALHO DOCENTE NO ENSINO MÉDIO DE PERNAMBUCO

Ms. Pedro Henrique de Melo Teixeira  0000-0002-9316-3137
Ms. Maria Lucivânia Souza dos Santos  0000-0002-9306-8156
Dra. Katharine Ninive Pinto Silva  0000-0002-7293-4289
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: Este artigo tem como objetivo avaliar as condições de trabalho docente envolvidas no processo de implementação do Programa de Educação Integral (PEI) como uma política de educação integral na rede estadual de ensino de Pernambuco. Como

recursos metodológicos utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados deste estudo mostram que tem ocorrido uma intensificação e precarização do trabalho docente no contexto da educação integral em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Educação integral; Trabalho Docente; Ensino Médio.

INTEGRAL EDUCATION AND TEACHING WORK IN PERNAMBUCO HIGH SCHOOL

ABSTRACT: This article aims to assess the teaching work conditions involved in the process of implementing the Integral Education Program (IEP) as a integral education policy in the state education network of Pernambuco. As methodological

resources, bibliographic and documentary research was used. The results of this study show that there has been an intensification and precariousness of teaching in the context of integral education in Pernambuco.

KEYWORDS: Integral education; Teaching Work; High school.



1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto de crise estrutural do capital, empreendida desde os fins dos anos 80, as mais diversas esferas do ser social sofreram modificações afim de adaptar-se às necessidades impostas pelo avanço de políticas orientadas pelo neoliberalismo. Alves (1999) aponta a debilidade que essas transformações trouxeram para o mundo do trabalho e como elas promoveram alterações significativas na forma de ser e na subjetividade da classe dos trabalhadores assalariados.

No neoliberalismo, não há espaço para o enraizamento dos direitos sociais, ao contrário presenciamos tentativas de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar o que já foi conquistado pelas classes menos favorecidas no decorrer da história. As reformas neoliberais presentes na atualidade têm como objetivo dar condições para a manutenção do capitalismo e a superação de suas crises cíclicas.

As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado (COUTINHO, 2012, p. 123).

Esse cenário tem consequências diretas para a educação. Essa passa a ser entendida como uma mercadoria que, além de não gerar lucro, não atende às necessidades do mercado de formar indivíduos para trabalhar no âmbito do capitalismo global. Foram, assim, implementadas diversas políticas desde então sob o discurso de melhorar a qualidade da educação. Neste artigo vamos tratar de uma delas especificamente, a educação integral.

Após décadas das primeiras experiências de educação integral no Brasil, o tema volta ao cenário educacional com o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 25 de junho de 2014. No entanto, nesse momento, Pernambuco já se colocava como modelo a ser seguido por outros estados da federação, no que



diz respeito ao seu Programa de Educação Integral (PEI), desenvolvido na rede estadual de ensino a partir de 2008. O Estado, que antes figurava nas piores colocações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), teve um salto muito significativo em 2013, subindo para a quarta posição no ranking.

Essa mudança nos resultados educacionais do Estado de Pernambuco têm representado um desafio para os pesquisadores que pretendem entender o fenômeno da implantação do ensino integral e/ou semi-integral no estado de Pernambuco, como um elemento de mudança importante no quadro geral do sistema educacional e suas consequências para as condições de trabalho dos professores, bem como para a melhoria da educação ofertada. Os docentes, que são sujeitos essenciais na promoção de educação, enfrentam lutas constantes para que melhores condições de trabalho sejam ofertadas e, conseqüentemente, para que a qualidade da educação melhore.

Diversas pesquisas têm colaborado para desvelar o grau de mudanças que as políticas públicas para o ensino médio e as políticas de educação integral têm promovido no sistema educacional em Pernambuco, bem como têm identificado pontos de tensão na implementação dessas políticas, tanto na questão curricular, financiamento por órgãos multilaterais, avaliação do sistema, quanto nas questões referentes às condições de trabalho dos docentes e à melhoria da qualidade ofertada na rede estadual de ensino (BENITTES, 2014; SANTIAGO, 2014; SANTOS, 2016; TEIXEIRA, 2017).

Benittes (2014) afirma que a política desenvolvida no ensino médio ao articular os objetivos do Programa de Modernização da Gestão Pública com os objetivos do Programa de Educação Integral, “inverte a prioridade dos fins pelos meios, produzindo um deslocamento das finalidades educacionais da formação humana em suas múltiplas dimensões para a mensuração excessiva centrada em modelos administrativos das organizações privadas”. (p. 105). Santos (2016) e Teixeira (2017) demonstram que as políticas de educação integral, que têm como foco a responsabilização, geram na rede estadual de ensino de Pernambuco intensificação e precarização do trabalho docente, adoecimento



docente e discente, falseamento de resultados, estreitamento curricular, precarização no processo de ensino e aprendizagem. Santiago (2014) constata que a agenda da política para o ensino médio integral de Pernambuco se vincula às orientações estabelecidas por organismos multilaterais, representantes dos interesses econômicos do capitalismo financeiro global, em especial o Banco Mundial e a UNESCO.

Diante de tal problemática, este artigo tem como objetivo avaliar as condições de trabalho docente envolvidas no processo de implementação do PEI como uma política de educação integral na rede estadual de ensino de Pernambuco. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica e documental acerca dos temas educação integral e trabalho docente.

2 TRABALHO DOCENTE EM PERNAMBUCO: RESPONSABILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO COMO REGRA

Vivemos em Pernambuco um processo análogo ao que se reproduziu nos Estados Unidos quando da implantação do Programa Educacional *No Child Left Behind*, que George W. Bush implementou em seu governo. Esse programa baseava os ganhos na educação numa lógica mercadológica que trazia para o ambiente escolar as características de disputa comercial tão comuns no ambiente de mercado. Assim, a educação passava a ter elementos que prometiam benefícios e ganhos se orientando por testagens, responsabilização, escolha escolar, lógica de mercado (RAVITCH, 2011), elementos que viriam a transformar o sistema escolar num lócus de disputas acirradas entre professores e encurtariam o currículo drasticamente.

Em Pernambuco, o Programa de Educação Integral (PEI) tenta reproduzir esse modelo de gestão escolar que tem no gerencialismo, na responsabilização e no currículo baseado nas avaliações externas (FREITAS, 2012; SILVA; SILVA, 2016) o seu palco principal. É nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) onde o estado tem investido seus esforços para colher muita



propaganda de eficiência educacional, mesmo sendo os dados sobre a real situação da qualidade da educação ainda raros e inconclusos.

Nos Estados Unidos, quando o sistema foi baseado nesse modelo em San Diego, o conselho escolar encomendou uma pesquisa para fazer um levantamento dos efeitos desse tipo de política educacional sobre os professores – o Roteiro pelos Institutos Americanos de Pesquisa (AIR). Os resultados deixaram os pesquisadores “impressionados pelo aumento do distrito nos scores de testes em leitura e perplexos com as reclamações dos professores” (RAVITCH, 2011, p. 75).

[...] o AIR elogiou o roteiro, mas relatou que os professores estavam infelizes quanto ao ritmo acelerado da implementação. A AIR disse que a maior parte dos professores não se sentia respeitada pela equipe do distrito e estava gostando menos de dar aula desde que as reformas começaram. Muitos reclamavam de “um clima de medo e suspeita” e de estarem “exaustos, estressados e, em alguns casos, temerosos de perder seus empregos se eles não agirem conforme manda esse novo programa (RAVITCH, 2011, p. 76).

O PEI introduz em Pernambuco uma estrutura de funcionamento que, em última análise, reproduz o NCLB norte americano, devendo-se ressaltar que os estudos realizados por Ravitch apontam mais pontos negativos que positivos, e que está sendo implantado no estado como política pública.

O PEI tem como base o Programa de Ensino Médio Inovador (ProEMI), documento que lança as bases para a implantação de um programa diferenciado para o ensino médio onde o tempo pedagógico e o currículo são modificados em função da implementação do ensino médio integral. É importante mencionar que o ProEMI

Integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir o redesenho dos currículos do Ensino Médio, compreendendo que as ações propostas inicialmente vão sendo incorporadas ao currículo, ampliando o tempo na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas dos estudantes do ensino médio (BRASIL, 2013, p. 9).

Esse programa foi incorporado em Pernambuco no ano de 2009 pela Secretaria de Educação do Estado, no sentido de fornecer as bases para o



melhoramento do PEI, assim o ProEMI foi adotado para sedimentar o projeto de educação integral que Pernambuco implementara em 2008, e veio para fortalecer as novas configurações que o PEI propunha. Segundo a Secretaria de Educação de Pernambuco:

O principal objetivo do ProEMI é promover uma reestruturação nos currículos de ensino médio das escolas públicas brasileiras. Entre as mudanças propostas pelo ProEMI, está a determinação de que, ao menos duas vezes na semana, os estudantes compareçam à escola em turno oposto aquele em que estudam regularmente. Nesse horário extra, a grade não é organizada a partir das disciplinas regulares, como matemática e história, e sim por macrocampos – unidades curriculares interdisciplinares, como iniciação científica, cultura corporal, cultura digital e participação estudantil (PERNAMBUCO, 2012 s/p).

O corpo do documento do ProEMI revela um projeto de redesenho curricular (PRC) para adequar o currículo ao ambiente de educação integral, ressaltando que são formatos diferenciados para a adequação em forma de: “disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e pesquisas interdisciplinares” (BRASIL, 2013, p. 13) buscando, dessa forma, integrar as novas realidades curriculares às diversas possibilidades estruturais que o programa possa encontrar no campo de implantação do projeto. A proposta do ProEMI no documento orientador:

Visa orientar os sistemas de ensino e as escolas para a formação do PRC em consonância com as Diretrizes Gerais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB 02/2012)46, e com as diretrizes para a educação das populações do campo, quilombolas e indígenas, considerando ainda as bases legais constituídas pelos respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 2013, p. 10).

Para a implementação do Ensino Médio Inovador o documento propõe um referencial curricular a ser implementado nas escolas contempladas com a implantação do ensino integral, nesse redesenho curricular consta:

Carga horária mínima de 3000 horas, entendendo-se 2400 horas obrigatórias, acrescidas de 600 horas a serem implantadas de forma gradativa; Foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino

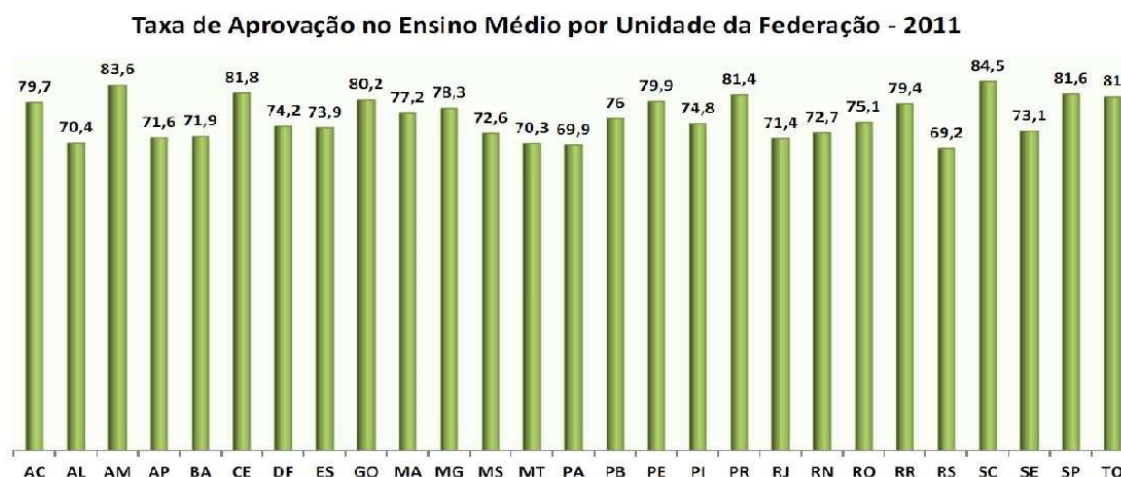


médio e que são orientadoras das avaliações do ENEM; Ações que articulem os conhecimentos à vida dos estudantes, seus contextos e realidades, a fim de atender suas necessidades e expectativas, considerando as especificidades daqueles que são trabalhadores, tanto urbanos como do campo, de comunidades quilombolas, indígenas, dentre outras; Foco na leitura e letramento como elementos de interpretação e de ampliação da visão do mundo, basilar para todas as áreas do conhecimento; Atividades em Língua Estrangeira/Adicionais, desenvolvidas em ambientes que utilizem recursos e tecnologias que contribuam para a aprendizagem dos estudantes; Fomento às atividades de produção artística que promovam a ampliação do universo cultural dos estudantes; Fomento as atividades esportivas e culturais que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes; Fomento às atividades que envolvam comunicação, cultura digital e uso de mídias e tecnologias, em todas as áreas do conhecimento; oferta de ações que poderão estar estruturadas em praticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento; Estímulo à atividade docente em dedicação integral a escola, com tempo efetivo para atividades de planejamento pedagógico, individuais e coletivas; Consonância com as ações do Projeto Político Pedagógico implementado com participação efetiva da comunidade escolar; Participação dos estudantes no Exame nacional do Ensino Médio (ENEM); Todas as mudanças curriculares deverão atender as normas e aos prazos definidos pelos Conselhos Estaduais para que as alterações sejam realizadas. (BRASIL, 2013, p. 12).

O documento ainda faz um levantamento de vários aspectos envolvendo o ensino médio no Brasil e indica o estado de Pernambuco em suas análises. A respeito do rendimento escolar, que leva em consideração a taxa de aprovação por série, Pernambuco aparece entre as taxas mais elevadas de aprovação como demonstrado no gráfico extraído do próprio documento:



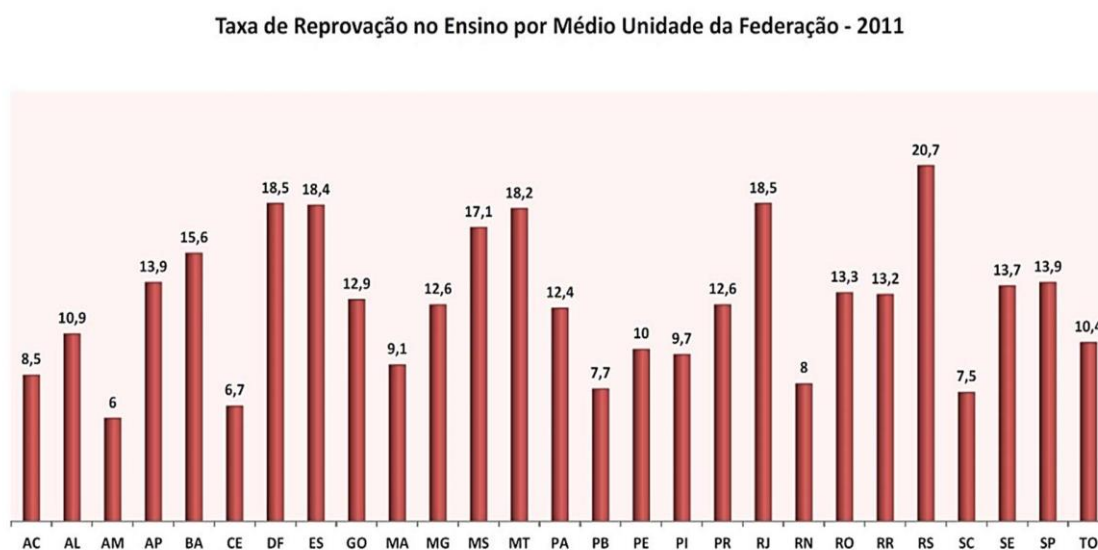
Gráfico 1: Taxa de aprovação no Ensino Médio 2011



Fonte: Brasil (2013)

Outros dados apontados pelo documento orientador do ProEMI são ainda elementos importantes para situarmos Pernambuco no cenário nacional em relação ao ensino médio. A taxa de reprovação do estado aparece entre as menores do país segundo o documento:

Gráfico 2: Taxa de reprovação no Ensino Médio 2011



Fonte: Brasil (2013)



Nossa hipótese é a de que há uma intensificação do trabalho e que esta é uma importante determinação desses resultados uma vez que, a estrutura das EREMs, como demonstrado nos dados da pesquisa, é apontada como precária e insuficiente. E que os professores são sobrecarregados de atribuições dentro da escola para que os resultados se apresentem favoráveis.

Hoje, as novas configurações econômicas e sociais exigem uma nova estrutura de inserção da população no sistema educacional com objetivos claros de cumprir uma agenda que passa pela implementação do capitalismo e a sua busca de mão de obra, em nível mundial. Essa agenda tem como foco na educação a avaliação por testes padronizados.

No estado de Pernambuco a responsabilização é maximizada pelos números bastante significativos que apontam para um desempenho insatisfatório do ensino médio no Estado em relação às demais unidades da federação. Dados da OCDE apontam que na comparação entre os entes da federação, com dados obtidos no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), Pernambuco ocupa o vigésimo lugar em Matemática, o vigésimo quinto em Leitura e ocupa esta mesma posição em Ciências.

Esses resultados, bem como os resultados em nível nacional medidos pelo IDEB, foram utilizados como uma das principais justificativas para a implantação, a partir da gestão Eduardo Campos, das EREMs.

Fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. Desse modo, ao concluir o ensino médio nas escolas de Educação Integral, o jovem estará mais qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho. A educação interdimensional compreende ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. (PERNAMBUCO, 2016, s/p).

Outro aspecto a ser levado em consideração, na medida em que se pretende conhecer as características do modelo de educação integral e de gestão educacional que se implantou em Pernambuco, é a ligação intrínseca que esse



modelo de educação guarda com o gerencialismo (SAVIANI, 2010) e as reformas empresariais (FREITAS, 2012), uma vez que,

A proposta da Educação Interdimensional também foi associada a premissas do referencial teórico da Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão e Resultados (TEAR), que trata do planejamento estratégico aplicado às escolas que compõem o Programa de Educação. Nessa perspectiva, a gestão escolar assume características que favorecerem o compartilhamento de responsabilidades nas tomadas de decisões na escola integral e a equipe gestora passa a dividir as responsabilidades (PERNAMBUCO, 2016).

Assim, a escola de tempo integral em Pernambuco é permeada por elementos gerencialistas e de responsabilização que são próprios dos “referenciais teóricos da tecnologia empresarial aplicada à educação” e que trazem a responsabilização como um dos seus elementos principais para a promoção da educação integral. Pernambuco, acompanhando as mudanças na estrutura econômica, onde crises econômicas reconfiguram a característica da mão de obra a ser absorvida pelo mercado, implementa a inserção da população no sistema educacional, não necessariamente para promover uma formação integral, mas para baratear e precarizar o trabalho, onde as novas atividades econômicas, os novos postos de emprego necessitam de formação mínima para serem conduzidos. Segundo Freitas (2011):

As novas tecnologias necessitam de ambas as pontas. Precisam do engenheiro de software de baixo custo, mas precisam do trabalhador precarizado. Uma atendente do McDonald's não precisa fazer cálculos sofisticados, pois quanto o cliente deve pagar e qual o troco que deve dar é calculado pelas máquinas. As operações necessárias, portanto, são simplificadas. A questão então é salarial: quando maior a base de formandos em Faculdades (“colleges”) e quanto maior a base de desocupados com baixa qualificação, menor é o salário. Tal como na China, a receita de sucesso é constituída por mão de obra farta, barata e sem proteção trabalhista (FREITAS, 2011, p. 8).

Essa é uma das causas da inserção de meritocracia e responsabilização também no sistema escolar pernambucano, com a implementação de testes e de uma nova forma de gerenciamento educacional que encontra no Programa de



Modernização da Gestão (PMG) suas principais diretrizes. Esse programa determina metas a serem atingidas pelas escolas a partir de testes que avaliam o desenvolvimento de cada unidade escolar, e que tem no IDEPE o seu principal medidor, este índice por sua vez é o resultado do SAEPE e do fluxo escolar que resultaria numa avaliação do desempenho dos alunos da rede estadual de ensino.

Outro elemento que se insere nesse contexto é o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), que é pago às escolas que alcançam metas estabelecidas pela Secretaria de Educação do estado, levando em consideração as pontuações que a própria escola produz. Esse bônus é um elemento que também concorre para promover a responsabilização do professor e “é nesse contexto de responsabilização (*Accountability*) que o ensino médio vem se organizando na atualidade” (SILVA; SILVA, 2016, p. 8), uma vez que, se alcançadas as metas, a escola recebe uma gratificação, porém, caso as metas não sejam atingidas a escola é punida.

Esse tipo de mecanismo é um fator de intensificação do trabalho através da política de responsabilização, que faz com que o professor, mesmo enfrentando péssimas condições de trabalho, como falta de estrutura física, falta de qualificação para exercer seu trabalho no contexto de um programa de educação integral, e ainda assim, recebendo um dos piores salários do Brasil, tem que dar conta de fazer com que os alunos tenham um rendimento satisfatório em testes padronizados, que muitas vezes nem sequer refletem a realidade escolar, a realidade dos alunos, e nem mesmo, a realidade do professor.

O estudo de Silva e Silva (2014) é bastante significativo por apontar as contradições do sistema de ensino integral em Pernambuco e como a intensificação e a precarização do trabalho docente tem avançando no estado. Em estudo mais recente, os mesmos autores tratam do processo de responsabilização como um elemento que serve ao propósito de implementar uma reforma de cunho estrutural na própria ideia de gestão educacional pública



e até mesmo, se observadas as características dessas reformas, na ideia de gestão própria do Estado.

Na verdade, essa perspectiva de responsabilização traz uma série de medidas que buscam expor não só os resultados dos desempenhos dos alunos das escolas públicas. Mas principalmente o próprio sistema educacional público. A perspectiva que existe por trás dessa exposição do serviço público na área de educação (mas também de outras políticas públicas), é a perspectiva neoliberal que permeia esse projeto de desmonte do estado para dar conta de mais uma exigência do capitalismo: a de colocar o público a serviço dos interesses do capital (SILVA; SILVA, 2016, p. 743).

Baseamo-nos aqui no mesmo estudo (Ibid.) para afirmar que, o ensino médio em Pernambuco, vem se organizando nos últimos tempos, especialmente se levado em consideração reformas educacionais que se operam desde o Governo Jarbas Vasconcelos, passando pela gestão Eduardo Campos, e encontrando solo fértil na gestão Paulo Câmara, num conjunto de características que levam o sistema educacional a passar por uma pressão política, que o condiciona a incorporar elementos de setores empresariais à educação, e cria uma ambiência de destruição da escola pública que “esconde o real interesse da reforma neoliberal, que é o de destruir a escola pública e enriquecer os empresários da educação” (SILVA; SILVA, 2016, p. 745).

Esses elementos, tais como, a meritocracia, que leva em consideração o controle de processos e punições de servidores, o neotecnicismo, o gerencialismo, e a própria política de *Accountability*, estão sendo alçados à condição de elementos basilares para o funcionamento desse sistema de educação integral de Pernambuco. Estudos como os de Freitas (2012), baseado em avaliações anteriores do mesmo modelo educacional (Ravitch, 2011), apontam problemas estruturais graves, como o estreitamento curricular; competição entre profissionais e escolas; pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para os testes; fraudes; aumento da segregação socioeconômica no território; aumento da segregação socioeconômica dentro da



escola; precarização da formação do professor; destruição moral do professor; destruição do sistema público de ensino e, por fim, ameaça à própria noção liberal de democracia.

Essa continuidade de uma política educacional calcada no gerencialismo que “é caracterizado por modelos aparentemente democráticos que configuram o neoliberalismo” (SILVA; SILVA, 2016, p. 8) vem dando o tom do tipo de organização educacional que se tem implantado no estado de Pernambuco, no decorrer de um período que já ultrapassa a marca de uma década e que se consolida como uma política pública de educação, mas que ao mesmo tempo é investigada e tem, lançada sobre si, o olhar crítico de vários pesquisadores. Esses estudos vêm apontando, no estado de Pernambuco, elementos de intensificação e de precarização que foram apontados em âmbito nacional por Freitas (2012), autor que faz um balanço das reformas de cunho empresarial inseridas no contexto educacional, e analisa os principais efeitos dessas reformas sobre a questão pedagógica e sobretudo sobre a questão trabalhista, o que interessa aos estudos sobre a precarização e a intensificação do trabalho docente, objeto de estudo deste trabalho.

Todos os elementos que foram levantados até aqui em relação às características da educação em tempo integral no estado de Pernambuco apontam para um modelo educacional baseado fortemente no gerencialismo, que se deu especialmente a partir de parcerias público-privadas.

Instituições e movimentos firmaram parcerias com o governo do Estado de Pernambuco para que o PMG fosse implementado, como o Movimento Brasil Competitivo (MBC), que no art. 4º do capítulo II do seu estatuto afirma o combate à pobreza e o estímulo à educação, bem como, o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), que é uma empresa de consultoria que busca o melhoramento da gestão e tem como seu valor número um a meritocracia.

Essas parcerias começaram a ser firmadas ainda no Governo Eduardo Campos e se mantêm na gestão Paulo Câmara e tinham entre seus objetivos a



implantação das EREMs e implantação do pacto pela educação (Modelo de Gestão por Resultados) (PERNAMBUCO, 2014). Foi a partir dessas parcerias e reformas, que levam em consideração elementos neoliberais aplicados a educação, que surgiu o PEI. É necessário, para promover uma reflexão concisa sobre a condição do trabalho docente no estado de Pernambuco, relacionar esta condição aos elementos que são impostos através do PEI, o gerencialismo, a responsabilização, o neotecnicismo que trazem implicações sérias ao corpo docente da rede estadual.

Apoiamo-nos aqui nos estudos de Silva e Silva (2012; 2016) para afirmarmos que o programa de educação integral se inicia a partir da ideia de se estimular parcerias público-privadas no setor educacional, e que são exatamente pelos mecanismos implantados, através dessas concessões, que o estado dá vazão às ideias do setor privado que vão trazer os elementos gerencialistas, que afetam as relações trabalhistas, e as condições de trabalho dos professores da rede estadual de Pernambuco. E no âmbito do PEI é sobretudo onde observamos que esses elementos têm um impacto negativo sobre o trabalho docente.

O sentido maior do trabalho docente, se pensando a partir dos elementos neoliberais aplicados ao setor educacional, que são uma marca importante do programa de educação integral, é o sentido da intensificação do trabalho, o que por si só já é um elemento precarizador, ainda que não levemos em consideração nesses escritos a falta de estrutura física das escolas, que faz com que muitos professores não tenham nem sequer onde descansar em seu curtíssimo horário de folga, nem tampouco o currículo com foco no ensino propedêutico, que faz com que os professores tenham que preparar e dar conteúdo aos seus alunos o dia inteiro, o que foi relatado na nossa pesquisa e no documento do SINTEPE, que tomou por base relatos de professores de todas as regiões do Estado de Pernambuco. É importante notarmos que o processo de precarização do trabalho docente não encontra sua funcionalidade apenas na prática do docente nas escolas, quando este não encontra valorização social, salarial, quando tem que trabalhar em meio a condições muitas vezes sub-humanas.



Há uma dilapidação social da função do professor que se inicia na sua formação e na própria valorização da profissão. É importante ainda notarmos que a busca pela atividade pedagógica tem caído no Brasil nos últimos tempos. Segundo dados colhidos no Censo da Educação Superior, promovido pelo INEP, apesar do crescimento das matrículas no ensino superior a busca por licenciaturas está em franca queda.

O levantamento é de 2013, mas estudo semelhante realizado pela UFMG mostra que houve queda de quase 90% na procura por cursos de formação de professores nessa instituição, o mesmo estudo aponta que o índice de abandono ultrapassa os 50% em algumas licenciaturas. A universidade estima que, se mantida a atual tendência de queda, não haverá nos próximos cinco anos sequer candidatos às vagas de licenciatura. Esses dados são indícios de que está em marcha uma grande diminuição no número de professores em um curto prazo de tempo no Brasil, esse processo é reforçado pela degradação da profissão do professor (SAVIANI, 2009) que tem nos salários baixos e nas péssimas condições de trabalho elementos que justificariam essa baixa no interesse pelas licenciaturas.

3 CONCLUSÕES

Pernambuco elaborou mais que um programa de educação integral, elaborou um sistema de colhimento de números a partir da responsabilização e da intensificação do trabalho docente. Diante de tal realidade, concluímos que o sentido do trabalho docente é o sentido da responsabilização sofrida pelo professor e que, por outro lado, exime o Estado de manter importantes investimentos na educação, já que o mecanismo da responsabilização pode manter, a baixos custos, os esforços dos professores, mesmo em meio a precarização promovida pelo abandono que a educação vem historicamente sofrendo em Pernambuco e no Brasil.



Ficou evidente que a categoria dos professores, no contexto do PEI, é a que mais sofre influência das políticas de responsabilização, fazendo com que a educação de Pernambuco seja um modelo de exploração eficiente e que, em meio a situação de precarização, ainda possa auferir resultados considerados satisfatórios pelos órgãos responsáveis por avaliar a educação no país, fazendo com que os professores trabalhem em função da obtenção de resultados, motivados por mecanismos de responsabilização, que, por sua vez, bonifica ou pune de acordo com os resultados, o que dá o sentido do trabalho docente no PEI.

A proposta do governo do estado, vista pelo ângulo das leis e dos documentos que o governo produz, para regulamentar, orientar e publicizar, o PEI, desenha um ideal de escola de tempo integral, com currículo adequado à formação integral, infraestrutura completa, que atenda às mais diversas necessidades de quem passa um dia inteiro numa escola, e condições de trabalho docente satisfatórias, dando a entender que o PEI, é um projeto que oferece plenas condições de trabalho aos professores e currículo adequado aos estudantes.

Na realidade o que ocorre é a intensificação do trabalho docente, com sobrecarga de trabalho do professor, para conseguir índices positivos mesmo em situação de precarização do trabalho. Um dos mecanismos mais eficientes para esse intento é o da responsabilização, que impele os professores a, por várias razões, se policiarem para manter seu rendimento alto, ainda que, como exposto neste escrito, não haja condições mínimas para tal.

Para concluir, entendemos que na rede estadual de ensino do Estado de Pernambuco temos claramente o que seria uma versão mais aprofundada da “ampliação para menos” de Algebaile (2009). O que nos leva a fazer essa afirmação são os elementos seguintes constatados nessa pesquisa: ampliou-se o número de escolas estaduais, no entanto, negou-se o acesso de parte dos alunos a essas escolas (exclusão, segregação); ampliou-se o número de disciplinas do currículo, mas não ofertaram formação para os professores nessas áreas



acrescidas (precarização curricular); ampliou-se a carga horária de algumas disciplinas, no entanto, as demais foram marginalizadas (estreitamento curricular); ampliou-se o tempo na escola e, conseqüentemente, precarizou-se as condições estruturais no atendimento aos alunos e professores (precarização e intensificação do ensino e do trabalho docente).

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de Janeiro/RJ: FAPERJ, 2009.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital - A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.** Práxis: Londrina, PR, 1999.

BENITTES, Valéria L. A. A Política de Ensino Médio no Estado de Pernambuco: Um Protótipo de Gestão da Educação em Tempo Integral. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, UFPE/CAA, Caruaru, PE, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador.** Brasília / DF: MEC, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou Contra-Reforma? **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, Jan.-Jun., 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização, Meritocracia e Privatização: Conseguiremos Escapar ao Neotecnicismo. **Anais do III Seminário de Educação Brasileira**, Cedes-Unicamp, v. 28, 2011.

_____. Os Reformadores Empresariais da Educação: Da Desmoralização do Magistério à Destruição do Sistema Público de Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: Como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação / Tradução Marcelo Duarte.** – Porto Alegre: Sulina, 2011. 318 p.

SANTIAGO, Frederico. Educação E Desenvolvimento Em Pernambuco Entre 2004 e 2014: Desvelando os Nexos do Programa de Educação Integral com o Rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano. **Dissertação de Mestrado**,



Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, UFPE/CAA, Caruaru, PE, 2014.

SANTOS, Maria Lucivânia S. dos. Políticas de Avaliação Educacional no Estado de Pernambuco: Contra Números, Há Argumentos! **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, UFPE/CAA, Caruaru, PE, 2016.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre a Educação Política.** – 41. ed. Revista. – Campinas, SP: Autores associados, 2009.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** – 3. Ed. rev. 1 reimp. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010. – (Coleção memória da educação)
SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da; SILVA, Katharine Ninive Pinto. Accountability e Intensificação do Trabalho Docente no Ensino Médio Integral de Pernambuco. **Práxis Educativa (Impresso)**, v. 9, p. 117-140, 2014.

_____. Política de Avaliação e Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco: Os Limites da Centralidade da Avaliação nas Políticas Educacionais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Ahead of Print, v. 11, n. 3, Set. / Dez. 2016.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. Condições de Trabalho Docente e Processo de Implementação do Programa de Educação Integral no Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, UFPE/CAA, Caruaru, PE, 2017.

Recebido em 31-03-2020
Aceito em 04-11-2021

